



Número: **0000971-02.2018.8.17.2460**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única da Comarca de Carnaíba**

Última distribuição : **17/12/2018**

Valor da causa: **R\$ 3.375,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOSEMIR MOREIRA MORAIS (AUTOR)		JOHN LENON PEREIRA DE LIMA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
39271193	17/12/2018 13:05	Petição Inicial	Petição Inicial
39271479	17/12/2018 13:05	Procuração132	Procuração
39271651	17/12/2018 13:05	Declaração de pobreza131	Documento de Comprovação
39271811	17/12/2018 13:05	COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA015	Documento de Comprovação
39272015	17/12/2018 13:05	Documentos pessoais133	Documento de Identificação
39272228	17/12/2018 13:05	Laudo médico138	Documento de Comprovação
39272382	17/12/2018 13:05	Laudo médico139	Documento de Comprovação
39272608	17/12/2018 13:05	Boletim de emergência	Documento de Comprovação
39272833	17/12/2018 13:05	Setor de urgência - Classificação de risco	Documento de Comprovação
39273016	17/12/2018 13:05	Documento do veículo137	Documento de Comprovação
39273093	17/12/2018 13:05	Autorização de pagamento136	Documento de Comprovação
39273276	17/12/2018 13:05	Extrato Bancário140	Documento de Comprovação
39316146	21/12/2018 11:20	Despacho	Despacho

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(ÍZA) DE DIREITO DA VARA CÍVEL
DA COMARCA DE CARNAÍBA/PE**

JOSEMIR MOREIRA MORAIS, brasileiro, solteiro, agricultor, portadora Cédula de Identidade de nº 2326797 SSP/PE expedida em 28/05/2014, inscrito sob o CPF de nº 028.326.134-03, residente e domiciliado no Sítio Forte, s/n, Zona Rural, CEP 56.828-000, Quixaba/PE, através do seu procurador, conforme demonstra instrumento procuratório anexo, com endereço profissional situado à Rua Severino Oliveira Santos, nº 34, 1º andar, Centro, CEP 56828-000, Quixaba/PE, onde recebe as intimações de estilo, art. 106, I do CPC, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, propor a presente

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT

Em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, inscrita no CNPJ nº 09.248.608/0001-04, situada na Avenida MEM SÁ, nº 247, 1º Andar, Parte – Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20230151, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos;

I - PRELIMINARMENTE

DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA

O requerente não pode arcar com os custos da presente demanda sem causar prejuízos ao sustento de sua família, pelo que pleiteia a concessão dos benefícios da ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA, assegurada pela lei 1060/50 e pelo artigo 98 do CPC, faz juntada da declaração de pobreza, que segue anexa.

DA AUDIÊNCIA CONCILIATÓRIA

O autor opta pela realização de audiência conciliatória (CPC/2015, art. 319, inc. VII).

II - DOS FATOS

O autor, em dezembro do ano de 2017, trafegava em uma motocicleta Honda CG 150 Titan, placa KMD 9716, RENAVAM 871920964, momento em que ocorreu um acidente automobilístico, sendo o mesmo socorrido e atendido no Hospital Regional Emília Câmara na cidade de Afogados da Ingazeira.

O acidente deixou sequelas graves em seu ombro, sendo constatada sequela importante de luxação externo clavicular D com deformidade anatômica e solução de continuidade da referida articulação com déficit de 70% abdução bloqueado a 80°, 40% de adução bloqueado a 36° e perda de 60% para RA, 65% para RP, 70% para MPS e 40% para MPI.



Diante destas condições ingressou com pedido de seguro DPVAT cujo pagamento foi autorizado em 25 de janeiro de 2018, no entanto, a lesão do autor foi considerada média, consequentemente, o mesmo recebeu a quantia de R\$ 1.687,50 (um mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

III - DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

O art. 3º da Lei nº. 6.194/74 estabelece que os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementar, conforme se vê abaixo:

*Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, **por invalidez permanente, total ou parcial**, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:*

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

Sobre a indenização em caso de invalidez permanente parcial, caso do autor, o parágrafo 1º do artigo supramencionado assim prevê;

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo: (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).

I-quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).

II-quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.

Por fim, o artigo 5º da Lei 6.194/74 assevera que “o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente.”

Tanto o acidente quanto o dano decorrente deste estão devidamente comprovados nos autos, tendo em vista o boletim de emergência, laudos médicos, declarações hospitalares, e a própria autorização de pagamento. Se discute então o grau da lesão.

Laudos médicos acostados aos autos, mesmo meses após o acidente demonstra que o autor teve sequelas que o impossibilitam, inclusive, de exercer o seu labor, e superam o grau estabelecido pelo demandado, desta forma, requer a realização de perícia médica para que se constate o real grau de invalidez.

IV - DOS PEDIDOS



Ante todo o exposto, requer:

- a) A concessão dos benefícios da justiça gratuita;
- b) A citação da parte ré, no endereço acima citado para que querendo, no prazo legal, responda a presente ação, sob pena de revelia e confissão ficta quanto à matéria de fato;
- c) Que seja julgada totalmente procedente a demanda, com a condenação da parte ré no pagamento da indenização proporcional á invalidez do autor;
- d) A realização de perícia médica para comprovação da invalidez e do grau e invalidez do autor;
- e) A condenação da requerida em custas e honorários advocatícios, na forma do art. 22 da lei 8906/94 e do artigo 85 da lei 13.105/2015 (NCPC);

Protesta provar o alegado, por todos os meios de prova em direito admitidos, especialmente prova documental, testemunhal e depoimento pessoal.

Atribui-se à causa o valor de **R\$ 3.375,00** (três mil trezentos e setenta e cinco reais).

Termos em que,

Pede deferimento.

Quixaba em, 12 de dezembro de 2018.

Dr. John Lenon Pereira de Lima

OAB/PE nº 35.885

